



Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

Birigui – 22 de novembro de 2022.

Parecer: 149/2022 Parecer Subemendas.

Solicitante: César Pantarotto Júnior

Presidente da Câmara Municipal de Birigui

Assunto: Projeto de Lei nº 123/2022 – “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Birigui – SP para o exercício de 2023”.

Senhor Presidente:

Conforme determinado por Vossa Excelência, estamos enviando parecer sobre o projeto em epígrafe, de autoria do Executivo Municipal que estima a receita e fixa a despesa do Município de Birigui – SP para o exercício de 2023. Projeto registrado no Protocolo Geral desta Casa sob número 3296/2022, em 6 de outubro de 2022. Despachado para parecer em 6 de outubro de 2022. Recebido para parecer em 6 de outubro de 2022.

O parecer jurídico é um instrumento que visa o assessoramento do parlamentar, para melhor elucidar de questões relevantes, inerentes da atividade. Sua natureza é meramente opinativa, sendo vinculante apenas quando a lei determinar, não sendo considerado um ato administrativo, e, também não afasta critérios de conveniência e oportunidade inerentes ao mandato parlamentar.

Nesse sentido:

Ementa: CONSTITUCIONAL. ARGUIÇÃO DE
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.
AUSÊNCIA DE EFICÁCIA VINCULATIVA DE PARECER DA

Câmara Municipal de Birigüi - SP
PROTÓCOLO GERAL 3883/2022
Data: 22/11/2022 - Horário: 14:15
Legislativo - PARJU 149/2022



Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE EFEITOS CONCRETOS. OBJETO NÃO SUSCETÍVEL DE CONTROLE VIA ADPF. 1. O parecer jurídico de caráter meramente opinativo, editado por órgão da Advocacia Pública no exercício de seu mister constitucional de consultoria e assessoramento jurídico aos Entes públicos (art. 132 da CF), não se qualifica como ato do poder público suscetível de impugnação via arguição de descumprimento de preceito fundamental, uma vez que não produz, por si só, nenhum efeito concreto que atente contra preceito fundamental da Constituição Federal. 2. Agravo regimental conhecido e desprovido. ADPF 412 AgR Órgão julgador: Tribunal Pleno Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES Julgamento: 20/12/2019 Publicação: 27/02/2020

Os parlamentares Valdemir Frederico, César Pantarotto Júnior Benedito, Gonçalves Dafé e Everaldo Roque Santelli, através das subemendas à emendas impositivas, realocaram os recursos apontados no parecer pretérito sendo que agora se encontra de acordo com o artigo 166-A da Constituição Federal.

Assim, opinamos pela legalidade e constitucionalidade da propositura, submetemos o presente à alta consideração de Vossa Excelência, e aos demais membros da Casa.

É o parecer.

Fernando Baggio Barbieri
Advogado